

JUVENTUDE E TEMPO PRESENTE: contribuições teórico-metodológicas

Juliana Mendes

Profa. do curso de Serviço Social

UFF – Pólo Universitário Campos dos Goytacazes

RESUMO

Este artigo tem como objetivo oferecer algumas contribuições teórico-metodológicas para a análise da categoria juventude no tempo presente. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico sobre as categorias: juventude, sujeito, temporalidade social e território, que foram apreendidas do movimento do real e trabalhadas a partir dos seus determinantes sócio-históricos. A compreensão destas categorias permite desvendar as diferentes formas de vivenciar a juventude e, com isso, contribuir para a formulação de políticas sociais que tenham como orientação a superação das adversidades do tempo presente.

PALAVRAS CHAVES: Juventude, tempo e território.

ABSTRACT

This paper aims at offering some theoretical and methodological contributions for the analysis of the present youth category. A bibliographical study was raised from the following categories: youth, subject, territory and social temporality, that were all apprehended from the real movement and worked upon from its social and historical determiners. The understanding of the above cited categories allows us to untangle the different ways of living youth and, thus, contributing to the shaping of social policies whose guidance is the overcoming of the present adversities.

KEYWORDS: Youth, time and territory.

I - INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar, através de revisão de literatura, algumas categorias que consideramos centrais para compreender a juventude na contemporaneidade. Estas são: juventude, sujeito, temporalidade social e território.

Estas categorias foram apreendidas a partir da realidade concreta, onde os sujeitos se produzem e reproduzem (MARX, 1969). A realidade pesquisada foi a vivida pelos jovens, de 15 a 18 anos, residentes em dois bairros periféricos da cidade de Juiz de Fora, que participavam do Projeto UFJF-Território de Oportunidades, desenvolvido pela Universidade Federal de Juiz de Fora¹.

II – DESENVOLVIMENTO

A categoria juventude

Para compreender a categoria juventude, o ponto de partida é o entendimento de que ela é socialmente construída e, portanto, variável conforme o contexto sócio-histórico em que os sujeitos estão inseridos. Além disso, esta forma de abordagem permite estabelecer diferenças no interior da própria juventude, como: gênero, raça, classe social e etc.

Talvez seja possível afirmar que a noção mais comum de juventude e adolescência, em nossa sociedade, é a de um período de transição, na qual as mudanças biológicas dão origem às mudanças psicológicas e sociais que marcam o processo de saída da infância para o ingresso no mundo adulto, delimitado por critérios etários.

Contudo, tratar a juventude a partir da idade cronológica faz com que se perca a plasticidade das formas pelas quais os cursos da vida são concebidos pela sociedade, bem como sua importância na organização social (DEBERT, 1994).

Através de uma breve genealogia sócio-histórica da juventude é possível perceber a predominância das situações sociais como elemento central de definição da juventude.

Para Cassab (2001), no que se refere ao reconhecimento da juventude, o pano de fundo é o resguardo da propriedade,

O reconhecimento da juventude se dá em um contexto em que é necessário, no resguardo da propriedade, limitar certos poderes àqueles que, embora também proprietários por direitos de família, são considerados ainda sem condições para assumirem as complexas operações comerciais que começavam a surgir. Desse modo, a juventude surge como um período de dependência, ocupado pela aprendizagem e preparação para as responsabilidades da vida adulta. (CASSAB, 2001, p. 69)

Logo, é desta forma que a juventude ganha visibilidade no desenvolvimento das sociedades modernas. O jovem que surge neste período é o protótipo do jovem burguês, oriundo da pequena nobreza e dos segmentos que detinham o comércio. Entretanto, as

¹ As categorias aqui propostas foram percebidas através dos debates realizados com os jovens em atividades sócio-educativas realizadas no Projeto e constam, em parte, na dissertação de mestrado “O projeto de vida dos jovens pobres”.

moças, os jovens pobres e os escravos não tinham reconhecimento. Com isso, ressalta-se que a juventude se desenvolve marcada por processos de exclusão, pois é, por um lado, privilégio de certos segmentos (rapazes, brancos e pertencentes aos segmentos mais abastados da sociedade) em relação a outros (moças brancas ou negras, independente das condições econômicas, rapazes negros, escravos ou não), e por outro, a exclusão do mundo adulto.

O trabalho também foi um aspecto importante que marcou a construção social da juventude.

A inserção no mundo do trabalho vai criar uma divisão no tempo da juventude em dois momentos. O primeiro, que corresponde aproximadamente dos 12 aos 16 anos, é o tempo da adolescência, caracterizado por uma resistência menor ao trabalho e por maior vigilância dos jovens; ele é a primeira transição entre infância e a juventude. O segundo corresponde à juventude mesmo, e é o tempo de transição para a maturidade, caracterizado por um corpo já desenvolvido, portanto plenamente apto para o trabalho, mas ainda sem o status de um indivíduo adulto. Esse período está margeado pelo serviço militar obrigatório. A vigilância familiar sobre eles se atenua, apenas no caso dos rapazes, pois para as moças ela se acentua. Esse é percebido como um tempo de perigos e corresponde na cidade a uma ameaça, já que os jovens operários circulam por ela com mais liberdade. (CASSAB, 2001, p. 71)

Se, por um lado, nas famílias burguesas, a juventude era o período da aprendizagem e preparação para a vida adulta através da escolarização, por outro, nas famílias operárias, os jovens eram excluídos da escola e inseridos nas duras condições de trabalho.

Neste contexto histórico, a classe operária era formada por uma maioria jovem. Desta forma, quando começaram a acontecer as primeiras revoltas operárias na França, na primeira metade do século XIX, esta foi intitulada como ‘classe perigosa’, pois se manifestava como revolucionária. Daí não tardou a identificação dos jovens com os ideais revolucionários, aprofundando a distância entre o mundo jovem e o mundo dos adultos.

Esse processo de diferenciação se acentuou no século XX, gerando a idéia da juventude como o outro radicalmente diferente de seus pais. Incluiu-se com isso, o conflito geracional como pauta das expressões da questão social, presente até os dias atuais.

No decorrer da primeira metade do século XX, com a expansão da produção e a ampliação de mercados consumidores, os jovens pobres tiveram as condições favoráveis de inclusão no mercado de trabalho, reforçando neles, as mesmas expectativas de consumo e liberdade das camadas mais abastadas.

Estas mudanças também repercutiram no campo da cultura. Surgiram ícones com os quais os jovens puderam se identificar e que, ao mesmo tempo, os identificavam, seja na música, no cinema e na própria linguagem cotidiana.

Este processo de mudança se acentuou no pós-guerra com o florescimento de uma cultura que enfatizava o jovem como capaz de enfrentar os desafios trazidos pela

modernidade e que as experiências acumuladas pelas gerações anteriores não eram capazes de superar.

Já no final do século XX, a juventude passou a ser a idade favorita à qual se desejava chegar mais cedo e permanecer por mais tempo. Neste contexto, a juventude é percebida na sua forma: aparência, estilos de vida exóticos, liberdade, etc. Porém, é importante ressaltar que, para a grande maioria dos jovens, esta fase é difícil e sofrida, pois é marcada por processos de exclusão, conflitos e incertezas.

Pode-se afirmar, que no século XX a adolescência/juventude definiu seus traços mais característicos, tornando-se uma etapa socialmente distingível no curso da vida social. Porém, não de forma uniforme, mas marcada pelos diferentes processos sócio-históricos.

Com isso, os recortes de idade e as práticas associadas às etapas da vida não são uma evolução científica marcada por formas precisas de estabelecer os parâmetros do desenvolvimento biológico humano, mas sim uma questão sócio-política e cultural em que está em jogo a redefinição de poderes e prestígio ligados aos grupos sociais distintos, que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos (DEBERT, 1994).

Em outras palavras, reafirma-se que a base teórica de compreensão sobre a juventude é a de categoria social, que se constrói a partir de um corte histórico e cultural, variável ao longo do tempo e diferenciada pela posição social. Acredita-se também – como Cassab (2001), Castro (2001) e Groppo (2000) que o termo juventude deve ser utilizado no plural para indicar a diversidade de vivência desta fase, pois cada juventude ou geração pode reinterpretar, à sua maneira, o que é ser jovem, em função de suas experiências individuais e de classe.

Sujeito social: o jovem

A juventude, como uma categoria sócio-histórica e cultural, é formada por sujeitos, os jovens, que dão vida e sentido a ela. Sendo assim, é necessário agregar outro elemento fundamental na análise, que é a reflexão sobre o sujeito que a compõe.

Neste estudo comprehende-se o jovem como sujeito social, que se produz e reproduz na própria realidade, na relação que estabelece com a natureza e com o lugar que ocupa na produção – sua classe social. É nesta relação que se constrói a subjetividade do sujeito.

A concepção de identidade que compartilhamos é a do sujeito sociológico, pois acredita-se que ele ainda busca uma identidade estável através de escolhas auto-reflexivas.

Desta forma, utilizamos as contribuições de Dumont (1992), em que nas sociedades modernas o indivíduo não é auto-suficiente, mas “um ponto de emergência mais ou menos autônomo de uma humanidade coletiva, particular, de uma sociedade.” (DUMONT, 1992:53)

Apesar de percorrer neste trabalho caminhos analíticos diferentes desse autor, ele demonstra que de fato, o sujeito expressa em si, elementos da coletividade e da cultura.

A subjetividade é mais do que expressões de particularidades, de afetos, de sentimentos e de experiências. É uma forma de conhecimento do mundo, que construída na relação entre sujeito e realidade e entre sujeitos e outros sujeitos, orienta as escolhas. Dessa forma, ela é socialmente construída.

A partir desta compreensão, os estudos sobre subjetividade podem enfatizar duas dimensões, que não são opostas, mas exigem enfoques diferenciados. A primeira dimensão é a subjetividade como experiência de si mesma, em que o foco dos estudos é o sujeito como centro e origem da subjetividade. O segundo, com a qual compartilhamos, é a subjetividade como uma condensação de múltiplos elementos extra-individuais que afetam o sujeito no curso da vida (CASSAB, 2001).

Nesta segunda dimensão, os sujeitos são vistos como o entrecruzamento de forças que se movimentam tanto no sentido do sujeito para o mundo, como do mundo para ele. É justamente nesta tensão entre o exterior e o interior, atravessado pelos antagonismos sociais, que se produz a subjetividade.

Para Cassab (2001), o processo de produção da subjetividade possui três planos diferenciados de movimento: o singular, o universal e o particular. Sobre este assunto, a autora afirma que o plano singular é onde está tudo o que é único a cada indivíduo. É o que difere o indivíduo dos demais, ainda que ambos estejam submetidos às experiências semelhantes na mesma temporalidade. O plano singular é onde se localizam as paixões, as escolhas e os atos que cada sujeito particular vai construindo, com sua história de vida, única e intransferível.

Já a universalidade é o que distingue o homem como espécie, ou seja, a sexualidade, a linguagem, as necessidades etc. Ela é condição comum a todos os seres humanos.

Por fim, o particular é a mediação entre o que é estritamente singular e o que é genericamente humano. O particular se caracteriza pelas condições externas aos sujeitos, que são compartilhadas por eles com outros sujeitos do mesmo segmento social.

Assim, através da transmissão do que foi acumulado historicamente, a sociedade vai ensinando o indivíduo a funcionar segundo suas determinações. Nesse processo de aprendizagem, o sujeito realiza o jogo das identificações e diferenciações. Ele se identifica com alguns paradigmas existentes, o que lhe permite o reconhecimento por parte dos demais membros do grupo social. Ao mesmo tempo, vai buscando se diferenciar dos modelos que julga inadequados ou inferiores.

Os movimentos de identificações se realizam sempre com o Outro, com o qual se relaciona, produzindo para si uma imagem e a projetando para os outros, permitindo novas

identificações. Dessa forma, compreender os processos de produção da subjetividade significa, necessariamente, partir do sujeito concreto “em uma determinada formação social, com uma cultura particular, considerada sua origem de classe, e com uma visão peculiar do real construída em sua prática social.” (CASSAB, 2001, p. 144).

Porém, na contemporaneidade, estes processos identificatórios do sujeito e a formação da sua subjetividade, estão cada vez mais complexos em função dos novos contornos da sociedade moderna, em que a compressão espaço-tempo² se acentua e causa um impacto de forma desordenada nas práticas político-econômicas, no equilíbrio do poder de classe e na vida social e cultural.

Para Harvey (1993) as consequências da aceleração do tempo de giro na produção, característico da atualidade, são muitas, mas se destacam as que influenciam nas maneiras de pensar, sentir e agir do sujeito.

Uma primeira consequência, e considerada uma das mais importantes por Harvey (1993) é a efemeridade das modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias, ideologias, valores e práticas estabelecidos na sociedade. Há uma ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade, em que mais do que jogar fora produtos, descarta-se valores, estilos de vida, pessoas, modos adquiridos de agir e ser, etc. Para o autor, este impulso acelerador “golpeou” a experiência cotidiana comum do indivíduo, e criou na estrutura dos sistemas de valores pessoais e públicos a quebra do consenso e a diversificação de valores.

Assim, de acordo com Jamenson (1996) o grande desafio atual é elevar a época do fragmentário, em que as realidades são percebidas como radicalmente descontínuas, à uma formulação totalizante, pois para ele:

A identidade pessoal é, em si mesma, efeito de uma unificação temporal entre o presente, o passado e o futuro da pessoa; (...) essa própria unificação temporal ativa é uma função da linguagem, ou melhor, da sentença, na medida em que esta se move no tempo, ao redor do seu círculo hermenêutico. Se somos incapazes de unificar passado, presente e futuro da sentença, então somos também incapazes de unificar o passado, o presente e o futuro de nossa própria experiência biográfica, ou de nossa vida psíquica. (JAMESON, 1996, p. 53)

Dessa forma, Jamenson resgata um dos princípios mais caros à modernidade, o da historicidade enquanto referência para se pensar a dinâmica da vida social nas suas tendências e perspectivas.

² Para Harvey (1993:219) a expressão ‘compressão do tempo’ indica os processos que ‘revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos’. Para ele, a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo que acabaram as barreiras espaciais a ponto de percebermos que o mundo ‘encolheu sobre nós’.

É neste contexto que a discussão da categoria *tempo* ganha centralidade neste trabalho, pois é através, também, do fluxo do tempo, que podemos superar a idéia da fragmentação do sujeito pós-moderno e compreender os elementos da historicidade presentes na vida cotidiana dos jovens.

A experiência social do tempo

A dimensão temporal na vida do jovem vem se tornando tema de pesquisas porque a biografia do indivíduo, atualmente, tornou-se menos previsível. Nas sociedades do passado as incertezas do futuro eram mais relacionadas às epidemias, guerras, do que propriamente à condição social do indivíduo, pois essa já estava determinada pelo nascimento, pela história familiar e pelo contexto social. Ou seja, a relação entre tempo social e tempo de vida se dava – em especial para o sexo masculino – através de fases biográficas lineares: preparação para o trabalho (formação escolar); exercício do trabalho remunerado (fonte de identidade e signo da vida adulta) e aposentadoria. Estas etapas indicavam a juventude como um momento de transição em que era possível pensar a relação entre identidade individual e identidade social. A certeza de alcançar autonomia interior era garantida pela passagem aos degraus mais altos de independência.

Contudo, nos tempos atuais, a relativa incerteza, própria desse período etário, é multiplicada por incertezas que derivam das muitas (im-)possibilidades sociais e da variedade de cenários em que as escolhas podem estar situadas. Embora este seja um processo comum a todos os jovens, são os jovens pobres os que mais experimentam as (im-) possibilidades sociais, já que sua condição impõe limites mais rígidos e definidos para a realização de escolhas e oportunidades.

A trajetória biográfica linear não se constitui como regra, mas exceção, pois desaparecem tanto a ordem e irreversibilidade das fases da vida, como também a moldura social que garantia ao indivíduo o sentido global. O ponto de chegada da juventude à vida adulta se tornou incerto, bem como os caminhos para alcançá-la. Assim, a continuidade biográfica se tornou, cada vez mais, fruto da capacidade individual de construir e reconstruir as molduras de sentido a despeito da moldura temporal presentificada. Como consequências têm-se o desaparecimento da possibilidade de ancorar as experiências que os jovens realizam no mundo das instituições sociais e políticas e a perda da relação com o tempo social.

Mellucci (1997) afirma que a forma como os adolescentes constroem sua experiência é cada vez mais fragmentada. Eles pertencem a uma pluralidade de redes e grupos, dos quais entram e saem cada vez mais rapidamente. O tempo perde sua finalidade linear e o

significado do presente não se encontra mais no passado. Porém, esta perda de sequência do tempo também revela a singularidade da experiência individual, que permite acalentar o presente como experiência única, que não pode ser reproduzida e dentro da qual cada um se realiza.

Com isso, Leccardi (2005, p. 49) afirma que “para os jovens, no centro dessa crise está a separação entre trajetórias de vida, papéis sociais e vínculos com o universo das instituições capazes de conferir uma forma estável à identidade”. O que acontece é a possibilidade de transitar por diferentes instituições do “mundo adulto”, sem, no entanto, significar a incorporação de papéis adultos.

Contudo, ter consciência dos limites, dos esforços para superá-los e clareza sobre o que está faltando, permite a criação de raízes para que se aceite o presente e se planeje o futuro como reconhecimento daquilo que fomos e do que podemos nos tornar. “Para os adolescentes de hoje, a experiência de tempo como possibilidade, mas também como limitação, é uma maneira de salvaguardar a continuidade e duração; uma maneira de evitar que o tempo seja destruído em uma seqüência fragmentada de pontos, uma soma de momentos sem tempo” (MELUCCI, 1997, p. 10)

Assim, apesar do tempo se apresentar na *aparência*, como um tempo vazio, fragmentado e, por isso, fragmentador do sujeito, sem história, vazio de representações, na *essência* este tempo não é desprovido de passado. Conseqüentemente, o seu sujeito é cheio, completo, pois se por um lado, traz as marcas não só de um passado individual, mas também, de um passado coletivo determinado pelos grupos sociais e, principalmente, pela sua condição de classe, que lhes permitem (re) elaborar o seu presente e o seu futuro. Por outro lado, também traz os desejos e projetos para o futuro que, de certa forma, significam o presente.

O território

Por fim, apresentamos a discussão do território, pois sua importância é evidente, na medida em que ele se torna o lugar onde se concretizam as relações sociais, de solidariedade e de poder (CASSAB, 2010). O espaço é o lugar do cotidiano, das experiências e da construção de práticas coletivas. Assim, são nesses espaços que os jovens experimentam a vida cotidiana, realizam ações que, ao mesmo tempo, condicionam e são condicionadas pelo próprio espaço.

Desta forma, enfoca-se o espaço urbano, mais precisamente, a cidade, pois ela é um território onde acontecem as relações sociais, onde as desigualdades sociais se tornam evidentes entre os cidadãos e as diferenças entre os moradores se fazem sentir em função da ausência/presença e boa/má qualidade dos serviços públicos. Assim, a cidade é tanto

um espaço de vida – onde as práticas cotidianas dos sujeitos se desenvolvem em torno de seus locais de trabalho, moradia, lazer, etc. –, como um espaço vivido, ou seja, ilimitado, reconstruído e representado pelo sujeito no seu imaginário.

Para Corrêa (1995) o espaço urbano é utilizado de diferentes formas, pois é um reflexo da sociedade. Assim, esta ocupação diferenciada acontece em função das classes em que se divide uma sociedade. A princípio, essa diferenciação era entendida somente pelos fatores do mercado, mas nas últimas décadas se sobrepõe também, as decisões de ordem pública, como: os planejamentos, as operações de renovação urbana, as remoções de favelas e de habitações subnormais, etc.

Neste contexto, as relações espaciais que acontecem são, concomitantemente, fragmentadas e articuladas. Fragmentadas porque se manifestam através dos deslocamentos quotidianos das pessoas aos locais de trabalho, às escolas, à igreja, lazer..., que associados ao fluxo de veículos, pessoas e várias operações de transportes de mercadorias e outros, produzem relações entre as várias partes do espaço. E articuladas, porque manifestam os investimentos e as aplicações do capital e seus afins, sustentadas pelo poder e pela ideologia capitalista.

Outro aspecto a ser considerado se refere ao valor atribuído ao indivíduo em função do lugar em que ele vive. Para Santos (1997) a rede urbana apresenta uma complexidade em relação aos que podem ou não usufruir dos serviços e recursos oferecidos na cidade. Aquele com maior poder aquisitivo tem a possibilidade de utilizar todos os recursos disponíveis na cidade, enquanto uma parte significativa da população, desprovida de recursos, a utilizam parcialmente, como se fosse uma pequena cidade (local). Nesse último caso, a cidade produz cidadãos insatisfeitos, incompletos e diminuídos na sua razão de ser (SANTOS, 1997).

É nesse sentido que a discussão de território agrega-se a discussão de juventude, pois ser jovem está relacionado, também, aos espaços que são ocupados e vividos por estes jovens, na busca de realização do trabalho, cultura, lazer e educação.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a juventude na atualidade é preciso considerá-la no tempo presente, em que suas diferentes experiências se dão na vida cotidiana que se realiza em um determinado momento histórico, mediado pelo território onde os sujeitos residem e circulam. Nesse sentido foram adotadas como categorias centrais para desvendar a juventude em sua totalidade a noção de juventude como categoria sócio-histórica, sujeito, temporalidade social e território.

A partir destas categorias é possível desvendar as juventudes atuais, tendo clareza do tempo presente para que se possa efetivar políticas públicas que contribuem para a superação das adversidades contemporâneas e que possibilitem aos jovens, resignificarem seu presente e vislumbrarem um futuro calcado nas experiências vividas e nas estratégias concretas para a realização de seus projetos de vida.

IV - BIBLIOGRAFIA

CASSAB, Clarice, MENDES, Juliana T. N. **Jovem e cidade: um estudo em Campos dos Goytacazes.** (Projeto de Pesquisa). Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal de Juiz de Fora. 2010.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza.** Niterói: Intertexto, 2001.

CASTRO, Lúcia Rabello de (org). **Crianças e jovens na construção da cultura.** Rio de Janeiro: Nau editora, 2001.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Atica, 1995.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: **Textos didáticos: Antropologia e Velhice.** 2. ed., Campinas, IFCH/UNICAMP, n.13, janeiro de 1994.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações.** São Paulo: EDUSP, 1992.

GROOPPO, Luis Antônio. **Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.** Editora Ática, 1996

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades – entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo, Cortez, 2003.

LECCARDI, Carmem. **Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo.** Tradução Noberto Luiz Guarinello. Disponível em: [/www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a03v17n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a03v17n2.pdf)

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: _____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman.** Ed Paz e terra: Rio de Janeiro, 1969.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de Educação.** Anped: edição especial n. 5 e 6, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1997.